

GERENCIAMENTO DE RISCO: PROMOVEDO A SAÚDE E A SEGURANÇA EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Patrícia Morgana da Silva Ramos; Roberta Amorim da Silva; Rilvan Marcelino de Freitas; Bárbara
Fernanda de Arruda Ferreira; José Ronaldo Vasconcelos Nunes.

*Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva; e-
mail: patty.g.t@hotmail.com*

Resumo: A segurança do trabalho é uma ferramenta importantíssima que auxilia no planejamento, organização, controle e principalmente na execução do trabalho, pois ela tem como objetivo reduzir permanentemente as possibilidades de possíveis acidentes, gerando assim uma melhoria constante no ambiente de trabalho e conseqüentemente uma maior qualidade de vida. O presente trabalho teve como objetivo avaliar, conforme a normatização vigente, as condições de segurança de uma unidade e elaborar uma proposta técnica que possibilite fundamentação teórica para a implantação de uma política de segurança para os usuários e trabalhadores da referida unidade. Esse estudo trata-se de um relato de experiência desenvolvido em uma unidade de saúde de média complexidade no município de Vitória de Santo Antão, na região da zona da mata do estado de Pernambuco. Foi utilizada uma abordagem qualitativa, usando um instrumento de coleta de dados com roteiro semiestruturado, composto por três seções que foram aplicados em entrevistas individuais com alguns dos profissionais da unidade de saúde, sendo a gerente da unidade o principal ator na dinâmica do serviço. Diante do que foi analisado viu-se a necessidade de criar instrumentos que auxiliassem no processo de organização em relação à segurança do ambiente, a ação principal foi a construção do Mapa de Risco, que nele identificamos os riscos e através de informações com fácil visualização sobre os riscos existentes no local.

Palavras Chaves: Saúde do Trabalhador; Mapa de Risco e Planejamento de Instituições de Saúde.

INTRODUÇÃO

Os equipamentos de assistência em saúde, como hospitais, postos de saúde e outros se constituem como principais locais de trabalho para os profissionais da saúde, os mesmos costumam permanecer grande parte de suas vidas produtivas dentro desses

ambientes, muitas vezes em mais de um turno de trabalho, nessas organizações, ao mesmo tempo em que os trabalhadores tentam salvar vidas e recuperar a saúde dos pacientes, eles também adoecem tendo em vista a reduzida preocupação com a proteção, promoção e

manutenção da saúde dos profissionais (XELEGATI & ROBAZZI, 2003). Estas unidades devem desenvolver continuamente uma política de segurança, garantindo que gerentes e funcionários estejam cientes de suas responsabilidades na redução de riscos e acidentes.

Segundo MAGLUTA o ambiente tem a capacidade de interferir nas ações e nos serviços de promoção da saúde, e que uma estrutura inadequada reduz as chances de uma assistência qualificada, a estrutura torna-se então um fator determinante na efetivação de uma assistência de saúde com boa qualidade. É preciso identificar os riscos, analisar e determinar a natureza dos riscos que afetam a saúde do trabalhador, corrigir as não-conformidades e introduzir melhorias contínuas, assegurar que as formas de controle atendam às necessidades previstas e certificar que os problemas no local de trabalho sejam minimizados (GUGLIELMI, 2010). Visando a oferta de condições para o pleno restabelecimento da saúde física e mental do usuário.

As autoras Sorrochi & Pettengill afirmam que o planejamento do ambiente físico da unidade de saúde deve ser realizado de modo que atenda às características do usuário, e ainda, seja harmônico com as necessidades da família e da equipe de saúde.

A Norma Regulamentadora NR – 32 tem como finalidade estabelecer as diretrizes básicas para a implantação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral (BRASIL, 2005).

A oferta de um ambiente seguro, higienizado e harmônico tende a influenciar positivamente na condição de saúde dos usuários e dos trabalhadores.

Um indicador da segurança do ambiente hospitalar, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, é a ausência de perigo ou de risco a danos corporais (lesões e morte), psicológicos e materiais. Uma unidade de prestação de serviços de saúde deve ofertar adequadas condições de trabalho e saúde para sua equipe profissional e seus usuários, com ações concretas para aplicação de políticas de gestão da saúde e de condições de trabalho na instituição, as condições de saúde e bem-estar dos trabalhadores e dos usuários destas unidades interferem diretamente na qualidade da assistência e na eficiência organizacional (BRASIL, 2005).

A segurança do trabalho é fundamental por se tratar de parte do planejamento, organização, controle e execução do trabalho, ela objetiva reduzir

permanentemente as possibilidades de ocorrência de acidentes, em outras palavras, são medidas técnicas que devem ser adotadas para a melhoria constante do ambiente de trabalho, proporcionando maior qualidade de vida a todos (ARAÚJO, 2010). A equipe de gerenciamento nas unidades de saúde além de exercer as suas atividades rotineiras, devem colocar como prioridade de trabalho a supervisão do ambiente, considerando o aspecto segurança ocupacional dos colaboradores e usuários.

É importante que o gerente administrativo de uma unidade de saúde se apodere de uma política de segurança, pois, com isso vai proporcionar subsídios em conjunto com princípios que foram claramente definidos pela sua administração, (ARAÚJO, 2010).

Os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA). São instrumentos que os trabalhadores e as empresas dispõem para tratar da prevenção de acidentes e das condições do ambiente de trabalho. Esses órgãos protegem a integridade física do trabalhador e de todos os aspectos que potencialmente podem afetar sua saúde. (ANVISA, 2015).

O presente estudo se faz pertinente por se tratar da elaboração de um documento

técnico que servirá para o aprimoramento dos serviços de uma unidade de média complexidade voltada para o atendimento pediátrico, Além de ser um exercício prático de grande valia na formação dos alunos do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O objetivo do trabalho é avaliar, conforme a normatização vigente, as condições de segurança de uma unidade de saúde de média complexidade, e elaborar uma proposta técnica que possibilite fundamentação teórica para a implantação de uma política de segurança para os usuários e trabalhadores da referida unidade.

MÉTODO:

O presente estudo trata-se de um relato de experiência desenvolvido em uma unidade de saúde de média complexidade no município de Vitória de Santo Antão, na região da zona da mata do estado de Pernambuco. O trabalho foi feito, no decorrer das atividades práticas dos alunos do Bacharelado em Saúde Coletiva, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), referente à disciplina de Administração em Saúde, no primeiro semestre de 2014.

O local de estudo foi a Policlínica da Criança, unidade referência para o atendimento pediátrico para toda a rede de

atenção em saúde do município. Tendo sido inaugurada em 2012, atende em média 1.400 usuários por mês, realizando procedimentos de pediatria, fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia, nutrição, odontologia e possui uma referência no programa de imunização.

Foi utilizada uma abordagem qualitativa, usando um instrumento de coleta de dados com roteiro semiestruturado, composto por três seções que foram aplicados em entrevistas individuais com alguns dos profissionais da unidade de saúde, sendo a gerente da unidade o principal ator na dinâmica do serviço. Tendo como propósito analisar as práticas do processo decisório, planejamento e gestão da condução e do controle dos processos de trabalho, com enfoque na melhoria contínua da qualidade de prestação de serviços.

A construção do diagnóstico do processo decisório se deu com a percepção de seis problemas considerados importantes e identificados na unidade pelos pesquisadores. Escolheu-se como situação mais relevante a ausência de medidas que previnam contra acidentes na unidade. Para tanto, foi considerado o nível de governabilidade entre os atores envolvidos no processo, a saber, a gerente da unidade, os profissionais de saúde e os usuários. Sendo o problema escolhido

definido como de relevância positiva, ou seja, com interesse de alta resolução.

Utilizando o plano de ação, foi construído um mapa de risco da unidade e foram propostas atividades educativas; além de um programa de sensibilização para medidas de risco na unidade.

Os dados foram tabulados e processados no banco de dados do Programa Microsoft Word 2010. Em seguida os resultados foram expressos em forma de quadros.

RESULTADOS:

A avaliação da unidade de saúde evidenciou que a mesma dispõe de um espaço físico que possibilita o desenvolvimento das atividades dos profissionais. Porém, o que chamou atenção foi a falta de medidas preventivas e de segurança, como a ausência de extintores e sinalização de segurança na escada.

O plano de ação foi construído considerando três momentos, primeiro a construção do mapa de risco, segundo a apresentação do mapa de risco para a gerência da unidade e terceiro proposições de atividades educativas de um programa de sensibilização para medidas de risco.

Optou-se pela elaboração do mapa de risco, devido a sua importância no processo de efetivação para a segurança do ambiente laboral. O mapa de risco é uma representação

gráfica dos riscos existentes nos locais do trabalho que são locados sobre a planta baixa da empresa e quantificados por círculos que podem ser pequenos, médios ou grandes, de acordo com a concentração e intensidade de riscos. (ARAÚJO, 2010)

O mapa de risco elaborado (FIGURAS 1 e 2) reúne as informações necessárias para estabelecer o diagnóstico da situação de segurança e saúde no trabalho, possibilitando, durante a sua elaboração, a troca e divulgação de informações entre os trabalhadores, bem como estimular sua participação nas atividades de prevenção, seguindo a portaria nº25, de 29 de dezembro de 1994. O instrumento também serviu para conscientizar os profissionais da Policlínica da Criança, através de informações de fácil visualização sobre os riscos existentes no local. Foi entregue a instituição um documento que reúne as informações necessárias para estabelecer o diagnóstico da situação de segurança e saúde no trabalho. Durante a sua elaboração, foi efetivada a troca e divulgação de informações entre os trabalhadores, bem como estimulada sua participação nas atividades de prevenção.

Através do mapa de risco identificam-se os riscos ambientais que foram representados por símbolos, proporção, cores e tipos de riscos. Onde a intensidade do risco, varia de acordo com a percepção dos

trabalhadores, sendo representada por tamanhos proporcionalmente diferenciados de círculos segundo a tabela Classificação dos Principais Riscos Ocupacionais em Grupos.

O serviço avaliado é composto por ambientes de trabalho com vários setores, apresentando, por isso mesmo, riscos variados à saúde dos trabalhadores e também das pessoas que estejam recebendo assistência médica nesses locais. Principalmente quando se diz respeito à saúde da criança. Dentre esses riscos, foram detectados riscos de acidentes como: a ausência de corrimão e a fita antiderrapante nas escadas, a ausência de proteção nas tomadas, que estão de fácil acesso às crianças. Detectou-se também a ausência de extintores na unidade, e a insuficiência de placas de sinalização.

Na medida em que se verificaram problemas relacionados à segurança, foi possível auxiliar nas instruções práticas que poderão contribuir com o serviço de saúde na elaboração e implantação de um programa de sensibilização de medidas de risco para a prevenção de acidentes. Uma vez implantado, o programa ajudará a tornar mais seguro o ambiente de trabalho não só para profissionais da saúde, mas também para todos os outros trabalhadores que atuam nesses serviços, e para os usuários atendidos nessa unidade.

Com o intuito de aumentar a adesão à proposta de trabalho, foram elaboradas

atividades educativas dentro de um programa de sensibilização para medidas de risco. Criando inclusive uma logomarca para ser utilizada na vigência e implantação da operação (FIGURA 3), conforme planejado para o terceiro momento do estudo.

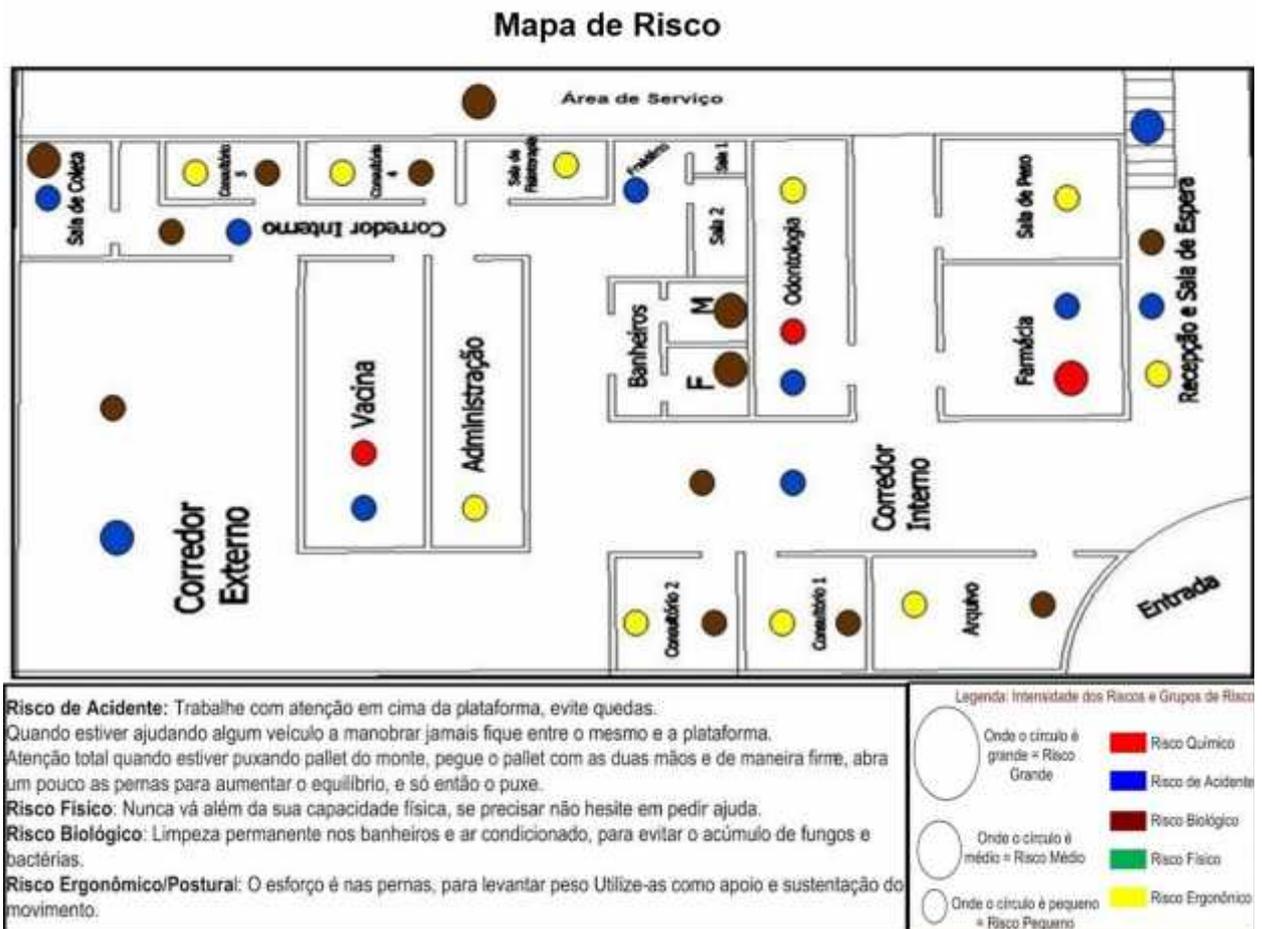


Figura 1 Mapa de risco no ANDAR TÉRREO da unidade de saúde Policlínica da Criança.

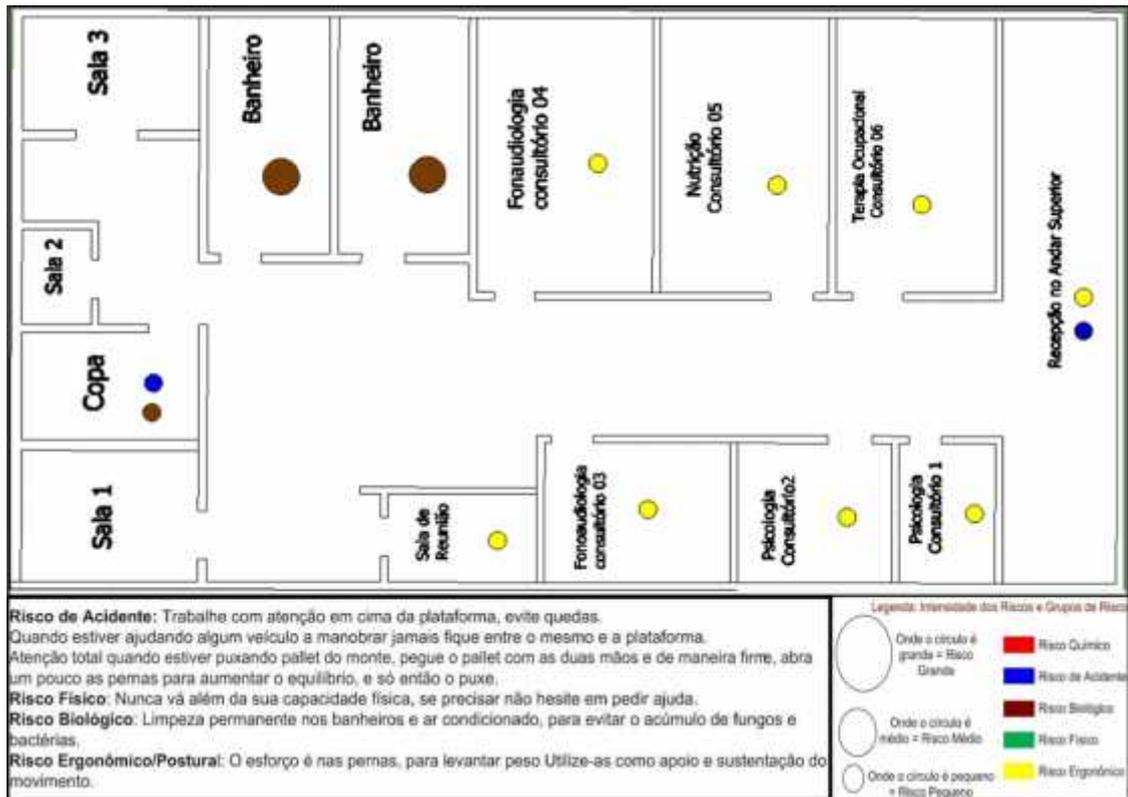


Figura 2 Mapa de risco no ANDAR SUPERIOR da unidade de saúde Policlínica da Criança.



Figura 3 Logomarca para a atividade de sensibilização sobre segurança no trabalho, Policlínica da Criança.

DISCUSSÃO:

A construção desse relatório permitiu a identificação e a análise das práticas gerenciais quanto ao processo decisório, planejamento e gestão da Policlínica da Criança no município de Vitória de Santo Antão, com isso verificou-se que a unidade desenvolve um trabalho de grande importância para a saúde das crianças no município.

No desenvolvimento do relatório percebeu-se a ausência de segurança na unidade e por tratar-se de um ambiente destinado à saúde das crianças é sugerido que a unidade desenvolva uma política para que a ausência de perigos seja possível, garantindo assim, um maior conforto, não apenas para seus usuários, mas também para seus funcionários que estão susceptíveis a acidentes tanto quanto os usuários da Policlínica da Criança.

CONCLUSÕES:

Foi possível verificar a importância da implantação de um planejamento qualificado em uma organização e as diversas necessidades da mesma; sendo possível fazer um mapeamento que ajudou na identificação de possíveis resoluções dos problemas mais recorrentes da unidade de saúde em questão.

O aprimoramento da atividade de gerenciamento e/ou gestão nos serviços

públicos de saúde deve seguir a orientação do aperfeiçoamento da qualidade de planejamento. Baseada em análise criteriosa e rotineira para um efetivo processo de planejamento que possa vislumbrar uma melhoria na qualidade do serviço prestado.

Esses processos de gerenciamento devem buscar o maior número de instrumentos possíveis, com bases normativas e legais comprovadamente efetivos, seja no setor público ou no setor privado, com o intuito de ampliar as possibilidades para quem conduz o processo de gerenciamento.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos primeiramente a Deus, por Ele ser nosso mestre e por nos permitir vivenciar cada momento de aprendizagem. Agradecemos nossos pais por todo o apoio a nossa formação acadêmica, aos nossos professores e mestres por toda contribuição para nossa formação profissional, em especial ao nosso professor Ronaldo Vasconcelos, pela orientação e dedicação. A Bruno Borba e Elenilson Alexandre por toda a colaboração e paciência com o desenvolver do nosso projeto. E a todos que diretamente e indiretamente fizeram parte desse processo construtivo.

REFERÊNCIAS:

MAGLUTA, C.; de NORONHA, M.F.; GOMES, M.A.M.; de AQUINO, L.A.; ALVES, C.A.; da SILVA, R.S. Estrutura de maternidade do Sistema Único de Saúde do Rio de Janeiro: desafios à qualidade do cuidado à saúde. Rev. Bras. Saúde Matern. Infant., 9 (3): 319–329, jul. / set, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Aspectos de Segurança no Ambiente Hospitalar. Brasília, 2005.

De ARAÚJO, W.T. Manual de segurança do trabalho / São Paulo: DCL, 2010.

GUGLIELMI, M. A. G. Riscos ocupacionais, 2010. Entrevista concedida ao Portal Enfermagem em 14 de out. 2010. Disponível em: http://www.portaldaenfermagem.com.br/entrevistas_read.asp?id=46 Acesso em: 28 março de 2016.

Norma Regulamentadora nº. 05, de 21 de junho de 2007. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes Disponível em: http://www.areaseg.com/bib/01%20%20NRs%20%20NORMAS%20REGULAMENTADORAS/NR-05/nr_05.pdf Acesso em: 29 março de 2016.

Norma Regulamentadora nº. 04, de 21 de novembro de 2008. Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho. Disponível em: http://www.areaseg.com/bib/01%20%20NRs%20%20NORMAS%20REGULAMENTADORAS/NR-04/nr_04.pdf Acesso em: 29 março de 2016.

XELEGATI, R.; ROBAZZI, M. L. do C. C. Riscos químicos a que estão submetidos os trabalhadores de enfermagem: uma revisão de literatura. Revista Latino Americana de Enfermagem, v.11, n.3, maio/junho, 2003, p.350-35.

SORROCHI, T. N. & PETTENGILL, M. A. M. condições de segurança da criança em um pronto socorro de pediatria de um hospital escol, 2008.

ANVISA, Manual de Segurança no Ambiente Hospitalar. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Servicos+de+Saude/Assunto+de+Interesse/Arquitetura+e+Engenharia/Manuais/http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/f927ae00474586da903cd43fbc4c6735/seguranca_hosp.pdf?MOD=AJPERES Acesso em: 14 de dezembro de 2015.